

Economistas preocupados com os reflexos da crise sobre os gastos públicos

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

A possibilidade de que o aumento dos gastos públicos seja o preço do apoio que o presidente Collor está tentando obter para atravessar a crise política foi um dos principais temas de discussão, ontem, dos economistas que apresentaram a Carta de Conjuntura de junho do Conselho Regional de Economia de São Paulo.

"Se o governo tiver que 'comprar' apoio político com o aumento dos gastos, o Banco Central teria que subir muito os juros para conter a moeda e rolar sua dívida. Poderia haver alguma recuperação a curto prazo. Mas a inflação voltaria com força", disse Joaquim Elói de Toledo Cirne, professor da Universidade de São Paulo.

Dos quatro cenários que o professor Gustavo Barroso Franco, da PUC do Rio, traça para a evolução da crise, três são francamente pessimistas em relação ao controle dos gastos públicos. Esse ponto importante de sustentação da política econômica somente não seria arranhado se "Collor saísse fortalecido da CPI", disse Franco.

Em duas outras hipóteses Collor continua no governo, mas enfraquecido. Em uma variante, o enfraquecimento atingiria principalmente o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, pressionado por sua política de contenção de gastos. "Seria o 'impeachment' de Marcílio, impedido de dizer não." Na outra, atingiria todo o governo, que entraria em lenta agonia, incapaz de impor sua política econômica. "Caso venha a ocorrer o 'impeachment', e o vice-presidente tome posse, Barroso acredita que se repetiria a experiência de um

"vice fraco, refém de líderes gastadores, e a proximidade da hiperinflação".

Apesar de ser ainda impossível prever qual cenário se confirmará, Franco já detecta que a "sucessão de escândalos reduziu a capacidade do governo de encaminhar seus projetos no Congresso", embora tenha enviado "uma tonelada de assuntos" para serem avaliados durante o período que seria de recesso (ver página 8). Um dos projetos cuja aprovação considera imprescindível para a estabilização da economia é a reforma fiscal.

Cláudio Monteiro considera, professor da Universidade Federal Fluminense, também presente ao debate, lembrou que o dilema estagflação versus reforma fiscal é um tema recorrente há 12 anos. "Nenhum dos planos de estabilização até agora feitos, inclusive o ortodoxo de 1981 a 1983, conseguiu fazer a reforma fiscal. O ajuste fiscal implica contrariar os interesses da sociedade. Mas é necessário porque não dá para reduzir a inflação apenas com a política monetária. O que o ministro Marcílio conseguiu fazer até agora foi um ajuste institucional a um custo enorme, com desemprego, recessão e aniquilamento da máquina do Estado. Se não vier o ajuste fiscal, todo esse custo vai por água abaixo."

DOLARIZAÇÃO

O ajuste fiscal, acrescentou Cirne de Toledo, também é condição prévia indispensável para se lançar mão de qualquer âncora da economia, seja do tipo de uma desindexação dos salários ou uma dolarização. "A crise política abre espaço para pensar em mágicas. Mas qualquer uma delas somente é eficiente após o ajuste fiscal", frisou.